

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA *LATO-SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Rubem Antunes Brasil

**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO
DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE DILERMANDO DE AGUIAR - RS**

Santa Maria, RS
2016

Rubem Antunes Brasil

**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO DA
EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE DILERMANDO DE AGUIAR - RS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal.**

Orientadora: Prof. Dr. Leocadio José Correia Ribas Lameira

Santa Maria, RS
2016

Rubem Antunes Brasil

**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO DA
EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE DILERMANDO DE AGUIAR - RS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal.**

Aprovado em 26 de agosto de 2016:

Leocadio José Correia Ribas Lameira, Dr.
(Presidente/Orientador)

Juliana Sales Jacques, MSc. (UFSM)

Luis Felipe Dias Lopes, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

RESUMO

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE DILERMANDO DE AGUIAR - RS

AUTOR: Rubem Antunes Brasil

ORIENTADOR: Prof. Dr. Leocadio José Correia Ribas Lameira

A relevância em pesquisar essa temática da gestão municipal da educação infantil deu-se para verificar como está acontecendo a gestão democrática da educação infantil no contexto da secretaria de educação do município de Dilermando de Aguiar. Tem como objetivo geral, descrever como é feita a gestão da educação infantil de modo a atender as exigências legais com relação a inserção da Educação Infantil no Município. O presente estudo é de caráter qualitativo, tendo como base o estudo de caso de documentos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com perguntas feitas a esta gestão. A partir da análise dos documentos, observação e problematizações da pesquisa os dados foram agrupados em temáticas, como censo escolar, infraestrutura, recursos humanos, recursos financeiros, gestão democrática na educação infantil, organograma da educação infantil, educação infantil e o projeto de gestão da secretaria da educação municipal e indicadores municipais. O censo escolar indicou que 49 crianças que frequentam a pré-escola na rede pública; quanto a infraestrutura o município possui um estabelecimento com capacidade de atender 120 alunos de 0 a 5 anos; além de contar com monitores, professores e diretor de escola, como recursos humanos; no custeio da manutenção foram investidos um percentual de 2,85% do orçamento municipal. Desde a implantação do município até os dias de hoje o estudo revela que houve um aumento no atendimento de crianças de 0 a 5 anos. A bibliografia usada possibilitou estudar a educação infantil, políticas públicas para a educação infantil e a gestão da educação infantil no contexto da gestão municipal. Por tanto, reforça-se a necessidade de políticas públicas e a prioridade na Educação Infantil visando atender todas as crianças de 0 a 5 anos conforme consta no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão da Educação Municipal. Legislação.

ABSTRACT

MANAGEMENT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE MANAGEMENT OF MUNICIPAL DE AGUIAR DILERMANDO EDUCATION - RS

AUTHOR: Rubem Antunes Brazil

ADVISOR: Prof. Dr. Leocadio José Correia Ribas Lameira

The relevance in researching this issue of municipal management of early childhood education has to see how is going on democratic management of early childhood education in the context of Dilermando de Aguiar municipality's education department. Its overall objective, to describe how is the management of early childhood education in order to meet the legal requirements regarding the inclusion of early childhood education in the municipality. This study is qualitative, based on the case study of documents under the Municipal Department of Education, along with questions to this management. From the analysis of documents, observation and problematizations research data were grouped into themes such as school census, infrastructure, human resources, financial resources, democratic management in early childhood education, organization chart of early childhood education, early childhood education and management project secretary of municipal education and municipal indicators. The school census indicated that 49 children attending preschool in public; as the infrastructure the city has a facility with capacity to serve 120 students from 0 to 5 years; besides having monitors, teachers and school principal, such as human resources; the cost of maintenance was invested a percentage of 2.85% of the municipal budget. Since the city's implementation until the present day the study reveals that there was an increase in the care of children from 0 to 5 years. The bibliography used made it possible to study early childhood education, public policies for early childhood education and management of early childhood education in the context of municipal management. Therefore, it reinforces the need for public policy and priority in Early Childhood Education to meet all children 0 to 5 years as stated in the National Plan of Education and the Municipal Education Plan.

Keywords: Childhood education. Management of Municipal Education. Legislation.

.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	EDUCAÇÃO INFANTIL	8
2.1.1	A qualidade da educação infantil	9
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
2.2.1	Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil	13
2.2.2	O plano nacional da educação e o plano municipal da educação	13
2.3	GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO MUNICIPAL.....	16
2.4	METODOLOGIA DE PESQUISA	17
3	CONTEXTO DA PESQUISA	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1	CENSO ESCOLAR	21
4.2	INFRAESTRUTURA.....	21
4.3	RECURSOS HUMANOS.....	22
4.4	RECURSOS FINANCEIROS	23
4.5	GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
4.6	ORGANOGRAMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	23
4.7	EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROJETO DE GESTÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	24
4.8	INDICADORES MUNICIPAIS	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar essa temática deu-se para verificar como está acontecendo a gestão da educação infantil no contexto da secretaria de educação do município de Dilermando de Aguiar, principalmente sob o aspecto do que a educação infantil demanda em termos de ações da gestão da educação municipal.

O estudo é importante para que o gestor municipal tenha esses dados avaliando o papel da Educação Infantil, bem como, a Academia ter estudos que mostram a gestão municipal na Educação Infantil. A pesquisa tem por finalidade analisar como a inserção da Educação Infantil na Sede do Município de Dilermando de Aguiar tem influência no processo de gestão educacional municipal?

As respostas são significativas para entender como se deu o processo de implantação e avanços que a administração municipal conseguiu para atender as demandas da legislação como também as da comunidade que é atendida por essa etapa da educação básica.

A pesquisa tem como objetivo geral de descrever como é feita a gestão da educação infantil no município, de modo a atender as exigências legais e tem os seguintes objetivos específicos: a) Verificar qual o planejamento e quais os embasamentos legais com os quais a Gestão Municipal trabalha a Educação Infantil; b) Descrever como o Município conseguiu recursos para avançar na oferta de Educação Infantil para suas crianças na Sede do Município; c) Verificar qual a infraestrutura e recursos humanos que o Município possui para atender a Educação Infantil.

Os resultados dessa pesquisa encontram-se agrupados nos seguintes capítulos:

No Capítulo 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL trabalhou-se a definição de Educação Infantil, suas legislações, histórico e também sobre a qualidade da Educação Infantil que se baliza pelo documento **“Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil e Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil”**, chegando a uma posição com maturidade das abordagens no campo da psicologia desenvolvimentista.

No Capítulo 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL trabalhou-se na construção de políticas públicas de um sistema que ainda não está consolidado e exploraram-se vários programas de políticas públicas federais, com recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

No Capítulo 3 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO MUNICIPAL foi trabalhada a diferença de gestão municipal e gestão escolar. A gestão em educação pressupõe-se desvendar um campo do conhecimento o qual suas especificidades sobre o tema estão ligadas às atribuições da função e do nível de abrangência a que ele se refere.

No Capítulo 4 – METODOLOGIA DE PESQUISA foi trabalhada para descrever como a inserção da Educação Infantil de Dilermando de Aguiar influenciou no processo de gestão educacional municipal. Estruturou-se a presente pesquisa como pesquisa qualitativa com características do que propõe o estudo de caso.

No Capítulo 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS foram tecidos alguns comentários sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se entender nos subtítulos Educação Infantil, A Qualidade da Educação Infantil, Políticas Públicas para a Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e no Plano Nacional da Educação, como também no Plano Municipal da Educação os embasamentos teóricos para a pesquisa.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394 de 1996, sendo oferecida em creches e escolas de educação infantil, chamadas de pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços não domésticos, institucionais que compõem estabelecimentos de educação pública ou privada, essas cuidam e ensinam crianças de 0 a 5 anos de idade, tanto no período parcial ou integral, diurno, regulados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação e submetidos ao controle social.

Conforme a Constituição Federal (Artigo 30, inciso VI) compete ao Município **“manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”**, a qual é dever do Estado garantir a oferta pública, gratuita e qualidade, sem requisito de seleção.

Ela tem alcançado importantes conquistas no plano de legislação educacional que a regulamenta e, também, vem trazendo importantes reflexões sobre sua especificidade em relação às outras fases da educação básica. Nesse sentido, a pesquisa acadêmica tem descoberto e revelado papel importante de provocar a reflexão sobre essa especificidade, ao revelar como os atores – gestores municipais, docentes, alunos e suas famílias – vêm dando sentidos às vivências e procedimentos com bebês e crianças em escolas públicas, coletivas e de caráter educacional. Esses sentidos vão estabelecendo outros significados para essas experiências, numa evolução na qual, com progresso, os significados dão origem novos modos de pensar e fazer o dia-a-dia das creches e escolas de educação infantil.

A Constituição Federal de 1988 define, em seu Capítulo III (Seção I, Da Educação), os papéis de cada ente federativo no cenário da garantia do direito à educação. Em resumo: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação à

União cabe organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, prioritariamente nos ensinos fundamental e médio (art. 211, §§ 1º, 2º e 3º).

Conforme Kramer; de Toledo e Barros (2014), as escolas de educação infantil no Brasil trazem uma grande diversidade de configurações em todos os estados. Em alguns lugares, sua ausência reclama um compromisso maior do estado com sua condição de política pública. Em determinados Estados, a forma precária de funcionamento, não respeitando a LDB necessita de medidas urgentes para que seja respeitado o direito das crianças e das famílias que sendo assegurado a elas, atendimento de qualidade. Constata-se, ainda, que as conquistas alcançadas no plano da legislação do Brasil no que tange a regulamentação do atendimento a crianças pequenas e bebês em espaços institucionais ainda não atendem a necessária qualidade desse atendimento. É necessário, portanto, qualidade para garantir o direito à Educação Infantil conforme a legislação para crianças e seus familiares. É fundamental, não apenas para estabelecer parâmetros para esse atendimento, mas, principalmente, para criar condições permitindo um contínuo acompanhamento dessa qualidade, nesse quadro, das condições necessárias ao atendimento.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, ofertada em creches e escolas de educação infantil, às quais tem como característica ter espaços institucionais não do lar que constituem instituições educacionais públicas ou privadas que educam e cuidam de crianças pequenas de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada parcial ou integral, com regulamentação e supervisão por órgão gestor do sistema de ensino e submetidas ao controle social.

2.1.1 A qualidade da educação infantil

Segundo os Indicadores de Qualidade na Educação (2004), precisamos definir o que é qualidade do ensino. Ela pode ser considerada como uma escola boa pela maioria das pessoas, de determinada comunidade, na qual seus alunos

aprendem funções importantes para sua vida, como a leitura e a escrita, a resolução de problemas de matemática, o trabalhar em grupo, com respeito aos outros e as regras. Salientando quem pode definir bem e se pauta nas orientações gerais sobre qualidade na escolar, conforme os contextos socioculturais locais é a própria comunidade escolar. Portanto de acordo com os indicadores, “não existe um padrão ou uma receita única para uma escola de qualidade.” e, ainda afirmam que “qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente”. Cabendo a cada escola dentro de sua autonomia para discutir, refletir, propor e ter ação na busca de qualidade educacional.

Para ajudar a comunidade escolar na avaliação e para melhoria da qualidade escolar foram criados Os Indicadores da Qualidade na Educação.

O avanço da qualidade serve de mecanismo capaz de oferecer indicadores a serem alcançados dentro da avaliação de contexto. Nos diversos espaços aonde a Educação Infantil acontece é onde se faz necessário entender nessa noção, dado o caráter contextual de qualidade.

A discussão sobre a qualidade da educação da criança da Educação Infantil no Brasil tem uma história. Situar a atual etapa desse desenvolvimento implica refazer os principais trechos dessa história, para que a discussão atual possa comparar com os avanços e dificuldades antes existentes, chegando um novo patamar nesse processo de várias autorias.

Essa discussão será organizada de forma que contemple: a) o debate sobre a qualidade da educação em geral; b) o debate específico na modalidade da educação de criança pequena; c) a sistematização realizada pelas instâncias oficiais responsáveis no Brasil.

Machado e Campos (2004) ao analisarem os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil e Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, originam uma discussão sobre a qualidade da Educação Infantil assinalada pelo enfoque psicológico. Eles promovem uma discussão sobre a angústia com possíveis traumas da desvinculação entre a progenitora e o filho pequeno levantou a uma discussão da creche balizada em especial nos aspectos de afetos do desenvolvimento da criança. Em outro momento, sob o olhar teórico da privação cultural com início em 1960, aconteceu uma mudança do foco para o desempenho da cognição da criança, com vistas ao seu acolhimento futuro na instituição escolar primária. A adoção de testes psicológicos motivada, e os retornos avaliados

positivos de alguns experimentos, em princípio nos Estados Unidos, reforçando teses em defesa da ampliação de oferecer educação pré-escolar para as crianças com menos de 6 anos, idade de ingressar no 1º ano escolar.

A sequência da discussão chegou a uma posição com maturidade das abordagens no campo da psicologia desenvolvimentista: a criticidade ao enfoque exclusivo na ruptura mãe-criança, a valorização da mulher na sociedade. Além disso, a metamorfose de uma preocupação voltada principalmente à escolaridade no futuro para a valorização das experiências do dia-a-dia das escolas de Educação Infantil. Esses são elementos, que se somaram para a criação de concepções de qualidade mais integras e que tentaram impulsionar melhoras no atendimento em vários países.

As Proinfâncias (Resolução/CD/FNDE N. 006 de 24 de abril de 2007), foram disponibilizadas em todos os Estados do Brasil. Em função disso, houve a necessidade de recursos humanos para atender as crianças, o que propiciou a realização de concursos públicos, realizados pelas prefeituras e a formação e capacitação de gestores e docentes para trabalharem na Educação Infantil, tendo por finalidade oferecer aos alunos um serviço de qualidade.

A discussão sobre a qualidade da Educação Infantil possui uma história no Brasil. A contextualização da etapa atual de desenvolvimento implica na recuperação os principais fatos históricos, para que o debate atual possa discutir com os avanços e as dificuldades de antes, chegando a um novo patamar nesse processo de vários atores.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Brandão (2003) enfoca a descentralização e municipalização da educação infantil no Brasil, e afirma que:

A responsabilidade dos municípios com a Educação Infantil não é um fato novo na história da educação do Brasil; entretanto, o que diferencia o processo atual dos anteriores é a inclusão da Educação Infantil na Educação Básica, passando a ser, portanto, a responsabilidade do Estado por meio das Secretarias Municipais de Educação (BRANDÃO, 2003, p. 3).

O autor também comenta que a opção de municipalização da Educação Infantil é fruto da conjuntura política a partir da década de 90, especificamente nos

governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, que realizou reformas na área da educação.

O sistema nacional de educação está sendo construído, mas ainda não está pronto e com solidada afirmação. No entanto, nossa legislação nacional trata a educação nos seus aspectos políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros definindo as responsabilidades das três esferas, ou seja, nacional, estadual e municipal. Estas leis definem a necessidade de parcerias e articulação dessas instâncias. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, como também nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica de 2013, como no Parecer CNE/CEB nº 20/2009, no Plano Nacional de Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente, trazem a política educacional como uma política de Estado e não somente de governo.

No caso de rede municipal a política educacional deve ser planejada, organizada e materializada conforme estas políticas e com observância as realidades locais. Em outro patamar, o Plano Municipal de Educação é o documento mais importante para educação municipal, pois traduz a construção do Fórum Municipal de Educação, composto pelo Governo (Prefeitura, Escolas, Professores, servidores) e pela sociedade civil (alunos, Círculo de Pais e Mestres, Conselhos Municipais, sindicatos, associações comunitárias, Emater/Ascar e outros segmentos organizados), fruto da construção democrática. Em conjunto temos as políticas do Plano de Desenvolvimento da Educação. O PAR - Plano de Ações Articuladas serviu de adesão dos Municípios para o Planejamento de Ações e posterior co-financiamento de políticas públicas para a educação. Entre as políticas públicas para a Educação Infantil destaca-se a Proinfância, o Programa Saúde na Escola, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Apoio ao Transporte Escolar, o Programa Nacional Biblioteca na Escola, o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Educacenso, o Proinfo, entre outros. Neste sentido cabe ao Município através do sistema de educação gestar estas políticas públicas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em especial para a Educação Infantil.

2.2.1 Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil

A Constituição Federal de 1988 definiu como direito social das crianças, o atendimento em creches e pré-escola, como obrigação do estado para com a educação; fruto de mobilização dos movimentos sociais, como o movimento comunitarista, de gênero, dos trabalhadores em geral, e movimentos de redemocratização, como profissionais de educação.

A partir daí, a Educação Infantil estão construindo um processo de maturação da educação para a primeira infância em momentos conjuntos, de formação e avanços de práxis pedagógicas balizadoras do processo de aprendizagem e crescimento das mesmas, com ênfase nas crianças até três anos nas creches e garantir práticas para crianças de quatro e cinco anos, apontado para a sequência na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças, sem avançar em conteúdos programáticos que serão desenvolvidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação Infantil conforme a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, define (p. 12):

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) delibera que crianças são “sujeito histórico e de direitos” nas relações interpessoais do dia-a-dia, construindo sua identificação pessoal e do coletivo, com o lúdico, com os sonhos, mística e reprochar sobre a ambiência, a vida em comunidade, construindo cultura. Portanto, as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos individuais.

2.2.2 O Plano Nacional da Educação e o Plano Municipal da Educação

Conforme dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013), na pré-escola (alunos de 4 a 5anos) – existiam 5,8 milhões de crianças, sendo 4,8 milhões matriculadas, em um percentual de 83,1% da população atendida. Já a meta 1 do PNE – Plano Nacional de Educação é atender 5,8 milhões matriculados, portanto atender 100% da população.

O Plano Municipal de Educação (2015) foi fruto de uma construção coletiva, por meio do Fórum Municipal de Educação, aonde vários atores participaram de várias reuniões, nas quais foram definidas comissões por metas específicas a serem trabalhadas, discutidas e sistematizadas, tendo na Assembleia Municipal um esboço de diferentes ideias organizadas e debatidas por todos os segmentos responsáveis, que após consenso, foram aprovadas para a educação do decênio.

Enquanto no mesmo ano em Dilermando de Aguiar, existiam 68 crianças matriculadas, e 100% atendidas, conforme o Plano Municipal de Educação (2015) a Meta 1 é atender 100% até 2016 para criança de 4 e 5 anos de idade, o que já acontece. E ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma de atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos até o final da vigência do PME.

O Plano Nacional de Educação (2014) traz na Meta 1 A sobre creche (Educação de 0 a 3 anos). Essa tem, como estratégia universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE – Plano Nacional de Educação. Porém, a situação atual do Brasil é de 2.064.653 matriculados com gastos de R\$ 4,5 bilhões e um PIB 0,12%. Contudo o PNE quer chegar a 5,8 milhões matriculados, com gastos de R\$ 14,7 bilhões e um PIB de 0,39%, com custo-aluno-ano de R\$ 3.569,36 com 70% matrículas públicas. Na Meta 1 B da Pré-Escola (Educação de 04 a 05 anos), a estratégia é universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE. Todavia a situação atual do Brasil é 4,7 milhões matriculados, com gastos de R\$ 10,5 bilhões e um PIB 0,29%. Mas, o PNE quer chegar a 5,8 milhões matriculados, com gastos de R\$ 13,5 bilhões e um PIB de 0,37%, com um custo-aluno-ano de R\$ 2.904,44, com 80% de matrículas públicas.

Na Meta 4 que trata da Educação Especial, e tem como estratégia universalizar, para a população de quatro a dezesseis anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou

comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Entretanto, a situação atual do Brasil é de 700 mil matriculados, com gastos de R\$ 2,2 bilhões com um PIB de 0,06%. Porém, o tema do PNE – Plano Municipal de Educação é de 2,2 milhões de matriculados, com um gasto de R\$ 7,85 milhões e com um PIB – Produto Interno Bruto de 0,21%, com um custo-aluno-ano de R\$ 3.569,36.

O PNE – Plano Nacional de Educação na Meta 19 da Gestão Democrática tem como estratégica assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da Gestão Democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito de desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. O que se pode perceber, porém, é que a situação atual não há regulamentação específica, sendo que o PNE – Plano Nacional de Educação prevê mecanismos para efetivação da Gestão Democrática, sendo uma meta sem custos específicos.

E por último, a Meta 20 – Financiamento da Educação tem como estratégica ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE – Plano Nacional de Educação e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio. No país a situação atual, estima-se que o gasto público em educação seja de 4,94% do PIB – Produto Interno Bruto e, o PNE – Plano Nacional de Educação prevê ampliação do investimento público em educação de no mínimo de 10% do PIB até o final da vigência do PNE – Plano Nacional de Educação.

Portanto, tanto o Plano Nacional de Educação como o Plano Municipal de Educação têm metas e estratégias que devem ser cumpridas dentro de 10 anos para aprimorar o atendimento pleno da Educação Infantil, visando atender todas as crianças de 0 a 5 anos.

2.3 GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA GESTÃO MUNICIPAL

A gestão em educação pressupõe desvendar um campo do conhecimento cujas especificidades sobre o tema estão ligadas as atribuições da função e do nível de abrangência a que ele se refere. Na visão maior a gestão é denominada de gestão educacional. A gestão escolar é quando nos referimos à escola, e gestão pedagógica é quando falamos em coordenação pedagógica e, logo a gestão da sala de aula é quando falamos de sala de aula. Devendo a gestão democrática estar presente em todos os níveis de gestão.

Conforme o Módulo 8 do Pradime, a gestão educacional deve ser organizada de forma sistêmica. Em outra linha, “a gestão do sistema municipal de educação, é parte da organização sistêmica da educação nacional” (p.3). Não existem ações isoladas em educação, necessitando de articulações com outras ações, pois ela faz parte de um projeto amplo e social que se amplia para todo o País. Mesmo preservando a individualidade sem antepor o coletivo é parte de um todo.

Existem algumas especificidades que se constituem como uma tarefa de cunho político-pedagógico-administrativo, na gestão da educação, que envolve ações e decisões, e algumas vezes possuem conflitos. As políticas a serem criadas decorrem do valor político, o que impõe à gestão em educação alguns questionamentos que podem ajudar no processo de implementação de políticas, como: O que? Por quê? Para quê? Para se materializarem as políticas em educação é preciso de condições de viabilidade que se situam na esfera do que é preciso fazer.

O espaço que se relaciona às relações interpessoais, as quais envolvem negociação, diálogo, conflito, participação e decisões, é o aspecto político.

Assim, a Educação Infantil mudou significativamente da vida das crianças no Município de Dilermando de Aguiar, primeiro, essas crianças adquiriram limites, socialização, desenvolvimento cognitivo, aprendendo a brincar. Em segundo, com resultados positivos nos anos iniciais do ensino fundamental tanto no comportamento como no processo de alfabetização e letramento.

2.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para descrever como a inserção da Educação Infantil na Sede do Município de Dilermando de Aguiar tem influenciado no processo de gestão educacional municipal estruturou-se a presente pesquisa como pesquisa qualitativa com características do que propõe o estudo de caso. O estudo de caso é um método qualitativo que consiste, na maioria das vezes, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado.

Segundo OLIVEIRA, E. (2005), o estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, também os processos organizacionais e políticos da sociedade. Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Ele é um estudo empírico que busca determinar ou testar uma teoria, e tem como uma das fontes de informações mais interessantes, as entrevistas. O trabalho de pesquisa foi realizado através da análise de documentos, com um processo de investigação que objetivou compreender os dados apresentados e sistematizá-los.

Os documentos investigados foram consultados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, entre eles: Constituição Federal do Brasil (1988), Lei de Diretrizes da Educação do Brasil (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), PAR (2013) e Lei Municipal nº 651, que cria e organiza o sistema municipal de ensino de Dilermando de Aguiar (2013), Plano Nacional de Educação (2014) e Plano Municipal de Educação (2015).

A pesquisa foi norteada pelas seguintes questões:

- Em que ano foi implantada a educação infantil no município e de que forma?
- Quantos alunos têm no sistema de ensino municipal e destes quantos são da educação infantil?
- A infraestrutura para a educação infantil no Município é adequada ao que a legislação determina?
- Sob o aspecto dos recursos humanos: quantos professores atendem a educação infantil? Qual a formação desses professores? Existe formação

continuada para esses professores? Existe apoio pedagógico específico para a educação infantil e como acontece?

- De onde vem os recursos financeiros para a educação infantil e quanto estes recursos representam no total do orçamento da secretaria de educação municipal?
- O que a Educação Infantil representa dentro do projeto de gestão da Secretaria?
- Como está a organização da Educação Infantil, no sistema de ensino municipal?
- O sistema municipal cumpre o princípio da gestão democrática nas escolas de educação infantil?
- Tem vagas?

3 CONTEXTO DA PESQUISA

O Município de Dilermando de Aguiar foi criado em 2005 e instalado em 1º de janeiro de 1997, com a emancipação política-administrativa de Santa Maria, tendo uma área de 573km², fazendo divisa com os Municípios de São Pedro do Sul, São Gabriel, Cacequi e Santa Maria, do qual se desmembrou. Conta com uma população estimada em 2015 de 3.136 habitantes, com uma densidade demográfica de 5,10 hab./km². A população em 2010 era de 3.064 habitantes.

Antes pertencia ao Município de Santa Maria, formado por propriedades originárias de sesmarias, com destaque, Antônio da Costa Pavão em 1806 e José Maria da Gama Lobo D'Eça em 1821, com nomes de localidade de Colônia Pavão, hoje pertencente ao distrito de Santa Flora do Município de Santa Maria, que se desmembrou de Dilermando de Aguiar, em 1969, e localidade de Picada do Gama, Município de Dilermando de Aguiar.

Até o ano de 2006 as crianças da Sede do Município nunca tiveram oportunidade de frequentar a Educação Infantil, refletindo no processo de letramento e ensino aprendizagem dos alunos que entravam na 1ª Série junto a Escola Estadual de Ensino Médio Rocha Vieira, que trabalha nas modalidades de Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA Ensino Fundamental e a partir deste ano com EJA Ensino Médio.

Em 06 de dezembro de 2013, foi promulgada a Lei Municipal nº 651, que cria e organiza o sistema municipal de ensino de Dilermando de Aguiar, em conformidade com a Constituição Federal Art. 211 e a Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com suas ações coordenadas pelo CME – Conselho Municipal de Educação, deixando de se reportar ao CEEEd – Conselho Estadual de Educação através da 8ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação que tem sede no Município de Santa Maria.

Antes de 2007 não existia Educação Infantil na Sede do Município, sendo foi observado que as crianças tinham seu desenvolvimento bem abaixo da média de alunos que hoje frequentam as primeiras séries dos Anos Iniciais na EEEM Rocha Vieira da Sede bem como também na EMEF José Antônio Azambuja da localidade de Rincão do Pinheiro e EMEF Valentim Bastianello na localidade de São José da Porteirinha.

Em 19 de junho de 2015, foi aprovada a Lei Municipal nº 715 que aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências, onde foi um trabalho coordenado pelo Fórum Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Municipal de Educação, que com a participação de toda sociedade organizada, através do Fórum, construiu um trabalho participativo com muitas inovações para a educação, inclusive a Educação Infantil. Sobre a educação infantil destaca-se a Meta 1 – universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PME – Plano Municipal de Educação. Na Meta 4 – universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. A Meta 6 do Plano Municipal de Educação tem como intenção oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação Básica. Já na Meta 20 trabalhamos para ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência da Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Assim essa pesquisa tem como temática a gestão da Educação Infantil no Município de Dilermando de Aguiar, onde até o ano de 2006, as crianças de 4 e 5 anos, não possuíam escola de educação infantil para frequentar, portanto, indo diretamente para o 1º Ano do Ensino Fundamental, sem ter esta experiência da primeira etapa da educação básica, oferecida em pré-escola, que conforme debatemos nas formações da Promotora Regional de Educação de Santa Maria, que não é “pré-escola”, e sim, a primeira escola, devido o papel que desempenha e desenvolve para essas crianças.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos documentos, observação e das perguntas norteadoras da pesquisa os dados foram agrupados em temáticas, que são as seguintes: censo escolar; infraestrutura; recursos humanos; recursos financeiros; gestão democrática na educação infantil; organograma da educação infantil; educação infantil e o projeto de gestão da secretaria da educação municipal.

4.1 CENSO ESCOLAR

Conforme fontes da Secretaria de Município da Educação (2016), crianças que frequentam a pré-escola na rede pública, tanto na EMEF Valentim Bastianello, no interior do Município, como na EMEI Criança Feliz, são 49 alunos.

- Total de crianças de 0 a 3 anos do Município são 146;
- com 4 anos são 28 crianças;
- com 5 anos são 36 crianças;

Em 2007 houve a implantação da Educação Infantil na Sede do Município, sendo que hoje existem em toda a rede:

- EMEF José Antonio Azambuja com 28 alunos do 1º ao 4º ano;
- EMEF Valentim Bastianello tem 240 alunos no total, sendo 36 de Educação Infantil (4 anos – 14 e 5 anos – 22);
- EMEI Criança Feliz – 32 alunos de 4 e 5 anos e 11 inscritos no maternal, totalizando 311 alunos na rede municipal.

4.2 INFRAESTRUTURA

Conforme o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Dilermando de Aguiar, a nova escola (Figura 1) tem um prédio de 564,50m², com Bloco Administrativo que comporta área de espera externa, circulação, sala da administração, sala de professores, almoxarifado e sanitários PNE/masculino e feminino. Bloco de Serviços com recebimento de produtos, cozinha, dispensa, sanitário de funcionários masculino e feminino, lavanderia, depósito de material de limpeza, depósito geral, circulações, lactário, higienização, copa de funcionários, sala de multiuso e informática e sala do *rack* (CPD). No Bloco Pedagógico há 4

salas de aulas com solários, sendo creche 1 com banheiro e repouso, creche 2 com sanitário masculino/feminino, creche 3 e pré-escola com sanitários. Sanitário infantil masculino e sanitário infantil feminino. E por último pátio coberto e refeitório. Podendo atender até 120 alunos de 0 a 5 anos.

Figura 1 - EMEI Criança Feliz



Fonte: O autor

A Escola de Ensino Fundamental Valentim Bastianello no interior do Município possui uma área total construída de 1.959,85m², sendo o prédio escolar com uma área de 908,42m², refeitório de 204,75m², sala de multiuso de 46,68m² e o ginásio de esportes de 800m². Pois são três prédios com 10 salas de aula, sendo duas para Educação Infantil, com banheiros anexos, sala da direção, secretaria, sala dos professores, sala de informática, laboratório de matemática, sala de multiuso e de recursos, refeitório dos alunos, refeitório dos servidores, cozinha, biblioteca, depósito de alimento, depósito de material, um conjunto de banheiro masculino, um conjunto de banheiros feminino, um banheiro para portadores de necessidades especiais, uma sala de acolhimento, além de um ginásio de esportes, com um conjunto de banheiros feminino e outro masculino.

4.3 RECURSOS HUMANOS

A escola da Sede possui uma Diretora, três professoras, uma monitora, quatro serventes e duas estagiárias.

Na escola do interior, encontramos um Diretor, duas vice-diretoras, uma coordenadora pedagógica, duas professoras de educação infantil, uma monitora e uma estagiária.

4.4 RECURSOS FINANCEIROS

Conforme a Secretaria de Município da Fazenda em 2015 foram investidos 33,57% do Orçamento em Educação, chegando ao valor de R\$ 3.888.214,56, sendo R\$ 2.546.248,49 de recursos próprios, R\$ 1.254.818,07 de recursos federais (FUNDEB R\$ 1.107.668,65, Salário Educação R\$ 99.641,42, Projovem Campo – Saberes da Terra R\$ 30.368,00 e PNAE R\$ 17.140,00) e R\$ 87.148,00 de recursos estaduais do transporte escolar, totalizando R\$ 1.341.966,07 de repasses federais e estaduais.

Na manutenção das atividades da Educação Infantil, tais como compra de material de consumo, material de expediente, merenda escolar, água, energia, telefone entre outros foram investidos o valor R\$ 90.3377,33, mais a folha de pagamento ano R\$ 240.691,48, chegando a um percentual um de 2,85% do orçamento municipal.

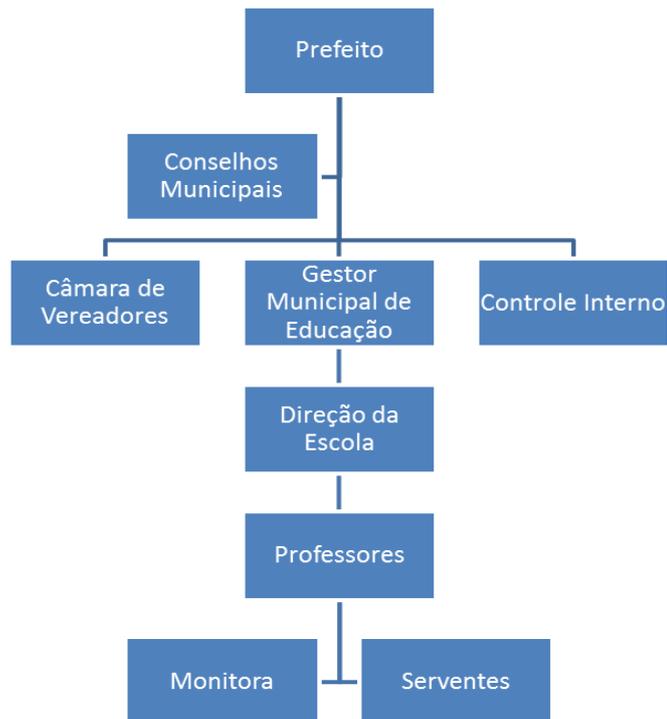
4.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A gestão democrática é exercida com a participação do Conselho Escolar, Associação de Pais e Metres, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, CAE – Conselho de Alimentação Escolar e Comissão Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Escolar. Pois, na escola não existe eleição direta de diretores, nem lista de sugestão dos professores e pais, tendo em vista que a lei municipal que cria a eleição direta de diretores contempla somente escolas com mais de 50 alunos.

4.6 ORGANOGRAMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este organograma é como funciona a gestão municipal de educação infantil em Dilermando de Aguiar, respeitando todas as instâncias.

Figura 2 – Organograma Gestão da Educação Infantil



Fonte: O autor

4.7 EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROJETO DE GESTÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Educação para atender as legislações pertinentes ao assunto e a demanda dos pais, trabalhou de forma significativa para cada vez mais avançar nos espaços disponíveis para a educação infantil, além de recursos humanos, capacitação de professores, concurso público e as construções pedagógicas envolvendo a Secretaria, Escola, Conselho Municipal de Educação e parceiros com a Universidade Federal de Santa Maria, UNDIME – União de Dirigentes Municipais de Educação, Ministério da Educação, Promotoria Regional de Educação e AM Centro.

Hoje a Educação Infantil em Dilermando de Aguiar tem todas as condições de infraestrutura e recursos humanos concursados para atender todas as demandas da sociedade e com formação pedagógica continuada. A Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, criada através do Decreto Executivo nº 029/2006 (de 08/09/2006) e autorizada pelo CEE através do Parecer 166/2007 (31/01/2007), iniciou suas atividades no ano de 2007.

4.8 INDICADORES MUNICIPAIS

Na busca dos indicadores e infraestrutura, verificou que na Sede, a EMEI Criança Feliz que foi inaugurada em 2007 e que junho deste ano, inaugurou novo prédio da Proinfância, que irá atender, além dos alunos de 4 e 5 anos também o maternal e o berçário, com instalações adequadas e com todo mobiliário e equipamentos e brinquedos.

Já no interior na localidade de São José da Porteirinha existe uma escola municipal núcleo de Ensino Fundamental, que possui duas turmas da pré-escola, sendo uma do Pré I para alunos de 4 anos e uma do Pré II para alunos de 5 anos. Agora existe a unidade de Proinfância que tem capacidade de atender até 120 crianças.

Quanto a recursos humanos a escola possui uma Diretora com Mestrado em Educação, 3 professoras com graduação, sendo que uma possui pós-graduação, uma monitora com curso superior, 4 serventes, sendo uma com curso superior, duas com ensino médio e uma com ensino fundamental e duas estagiárias do Curso de Pedagogia. Existe a formação continuada para a Diretora, professoras e monitora. Os professores participam de um curso de formação continuada junto a UFSM.

Quanto aos recursos financeiros hoje existe folha de pagamento de pessoal, transporte escolar, alimentação escolar, custeio, brinquedos e móveis. Hoje é investido 33,57% do Orçamento em Educação, chegando ao valor de R\$ 3.888.214,56, sendo que deste valor R\$ 90.3377,33 são investidos em custeio na Educação Infantil, chegando a 0,78%, mais folha de pagamento ano R\$ 240.691,48, chegando a um percentual de 2,07% e um total de 2,85%.

Já nas obras da EMEI (Proinfância) foram investidos R\$ 920.937,08, sendo R\$ 676.445,83 com recursos do Governo Federal, através do MEC/FNDE e R\$ 244.481,25 de recursos municipais. No mobiliário foram investidos R\$ 62.053,00; nos brinquedos R\$ 23.037,20 e na limpeza no esgotamento foram investidos R\$ 5.320,00.

Em relação ao número de alunos, este ano de 2016 é no Pré I – 19 alunos e no Pré II – 13 alunos, totalizando 32 alunos e 11 inscritos no Maternal que ainda não começaram as aulas, totalizando um valor de R\$ 1.011.347,20 de investimentos nas obras da Proinfância.

Sobre o apoio pedagógico na Secretaria de Educação tem uma Diretora Pedagógica que atende todo o sistema de ensino municipal. Na Escola Municipal de Educação Infantil o apoio pedagógico vem da formação da Diretora juntamente com a construção dos professores nas reuniões pedagógicas e da formação continuada, com apoio da Secretaria de Educação.

A Educação Infantil representa dentro do projeto de gestão da Secretaria um novo olhar para Educação do sistema municipal, com avanços muito importante, considerando que com a instalação do Município em 1997, tínhamos apenas a Educação Infantil no interior do Município na Escola Municipal de Ensino Fundamental Valentim Bastianello para alunos de 4 e 5 anos, havendo avanços em 2007 com a criação da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz na Sede do Município para atender alunos de 4 e 5 anos, e agora em 2016 com inauguração da Proinfância para atender alunos de 0 a 5 anos, sendo que as aulas para alunos do maternal e berçários ainda não iniciaram, mas tem lista de matrículas, faltando apenas recursos humanos, que a Secretaria juntamente com a Administração Municipal estão providenciado. Hoje estão sendo atendidos apenas alunos de 4 e 5 anos em turno parcial. A organização existe hoje consegue atender 100% dos alunos do Município de 4 e 5 anos, com planejamento também para atender todos alunos da Sede do Município para o maternal e berçário.

Sobre vagas, existem vagas tanto na Sede do Município como também na escola do interior, onde o Município atende todas as crianças de 4 e 5anos e na Sede existem sim vagas para todas as modalidades da Educação Infantil.

Quanto ao número de professores, na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz não existe professores em atividade que comportem o funcionamento do Maternal, assim como o berçário, visto uma professora está em licença gestante e também porque existe a necessita de ser chamada mais uma professora do último concurso que foi realizado em 2015, onde foram chamadas duas professoras e uma monitora, sendo que a professoras que antes atuavam na escola, tinham formação para lecionar na Educação Infantil, mas o concurso fora feito para anos iniciais, com exceção de uma professora. Hoje todas as professoras que atuam na escola foram concursadas para atuarem na Educação Infantil.

A Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz tem uma Diretora formada em Educação Física, com Mestrado em Educação, que fora nomeada pela Secretaria Municipal de Educação. Não existe eleição para Diretor (a), porque a lei

municipal que define a eleição direta para diretores de escolas municipais exige um número mínimo de alunos para a escola ter direito a realização de eleições diretas.

No tocante a Gestão Democrática, não existe eleições diretas, somente através da participação dos conselhos, como Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres e Comissão Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Escolar.

Na gestão democrática não existe lista de indicação pelos professores, somente consulta com o grupo de professores. Não existe lista de indicação dos pais, nem consulta com os mesmos, somente é levada em consideração a aceitação dos pais dos pretensos nomeados. O problema que não existe a eleição direta de diretores, nem a listagem de consulta dos professores e dos pais.

O desafio é alterar a lei municipal que define a eleição direta para diretores com uma capacitação e formação para pretensos candidatos à direção, efetivando de pleno a gestão democrática na Escola Municipal de Educação Infantil.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, não tem como planejar sem dados, portanto, sem horizonte de futuro, porque é importante ter conhecimento dos dados do Município para o Dirigente Municipal de Educação planejar as ações que a escola pretende desenvolver. Na Educação Infantil é importante mencionar o trabalho da Promotoria Regional de Educação, quanto no acompanhamento, como também na fiscalização e cobrança de ações que visem atender a legislação e também todas as demandas da sociedade.

A Rede de Proteção Municipal também está organizada com vários atores, como Promotoria de São Pedro do Sul, Conselho Municipal de Educação, Direções de Escolas e Conselho Tutelar fazem um trabalho de mapeamento e acompanhamento da vida escolar das crianças.

No ano de 2007 a EMEI Criança Feliz tiveram matriculados no Pré I (4 anos) 33 alunos, sendo 10 transferidos, sendo 23 alunos concluintes, conforme dados do Conviva Educação. Em 2008, formam concluinte no Pré I, 11 alunos, no Pré II 24 alunos, totalizando 35 alunos. Em 2009, no Pré I foram 10 alunos, no Pré II foram 12 alunos, totalizando 22 alunos. Já em 2010 estiveram matriculados no Pré I – 20 alunos e no Pré II – 14 alunos, totalizando 34 alunos. Em 2011 aumentou para 23 alunos no Pré I e 26 alunos no Pré II, totalizando 49 alunos. Em 2012 diminuiu para

20 alunos no Pré I e 23 alunos no Pré II, totalizando 43 alunos. Já 2013 diminuiu para 10 alunos no Pré I e 23 alunos no Pré II, totalizando 33 alunos. Em 2014 diminui significativamente para 12 alunos no Pré I e 19 alunos no Pré II, totalizando 31 alunos. Em 2015 frequentaram no Pré I, 16 alunos e no Pré II 16 alunos, totalizando 32 alunos. Este ano de 2016 é no Pré I – 19 alunos e no Pré II – 13 alunos, totalizando 32 alunos.

Esta escola foi construída com recursos próprios do município e idealizada pelos seus gestores que vislumbravam a possibilidade de promover uma educação infantil de qualidade para as crianças que viviam na sede do município e não tinham acesso a Educação Infantil. Esta escola atende hoje 32 crianças de 4 e 5 anos, em turno parcial. Pensando em ampliar a oportunidade de as crianças frequentarem a Educação Infantil, e reconhecendo sua importância para melhorar a infância das crianças, a Administração Municipal juntamente com a Secretaria de Educação começou um processo de uma Unidade do Proinfância tipo C. Esta Unidade está em processo de finalização e tem previsão de iniciar suas atividades em 2016 e atenderá crianças de 0 a 6 anos, em turno parcial.

Segundo, Rosa Silva (2015), em seu artigo Pensando a Educação Infantil no município de Dilermando de Aguiar/RS na perspectiva do Proinfância, ela trabalha na perspectiva do aumento de atendimento e de vagas, a partir deste ano, atendendo crianças de 0 a 3 anos, com maternal e berçário, portanto sendo a única unidade a atender crianças nesta faixa etária, que foi inaugurada no mês de junho, para atender em turno parcial.

Em 2015 foi construído o PPP – Projeto Político Pedagógico, com a participação da comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação e também o Regimento Interno. No final de março foi aprovado pelo CME – Conselho Municipal de Educação o funcionamento da mesma.

Olhar a criança como ser que já nasce pronto, ou que nasce vazia e carente dos elementos entendidos como necessários à vida adulta ou, ainda, a criança como sujeito conhecedor, cujo desenvolvimento se dá por iniciativa própria e capacidade de ação, foram as categorias amplamente divulgadas na Educação Infantil.

Sem dúvidas, que a educação infantil transforma a vida de crianças, conforme podemos constatar com os alunos oriundos da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz em Dilermando de Aguiar que foram estudar na Escola Estadual de Ensino Médio Rocha Vieira, Escola Municipal de Ensino Fundamental

Valentim Bastianello e Escola Municipal de Ensino Fundamental José Antonio Azambuja, que segundo as escolas, tiveram desenvolvimentos possíveis de aprovação, sendo todos aprovados nos 1º, 2º e 3º anos. Assim como as crianças desenvolveram-se sob o aspecto cognitivo, como também em condutas e comportamentos na escola e na família.

O Município de Dilermando de Aguiar possui uma população de 3.064 habitantes, com 2.485 alfabetizados, conforme o último censo IBGE, sendo 937 na zona urbana e 2.125 na zona rural do Município. E desse total são 1.485 mulheres e 1.579 homens.

A implantação do Município de Dilermando de Aguiar em 1º/01/1997, onde a partir daí começou as atividades de Educação Infantil somente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Valentim Bastianello, interior do Município para alunos de 4 e 5 anos.

Com a implantação da Educação Infantil na Sede do Município em 2007, o Município passou a dar maior importância à educação de crianças e a cumprir a Constituição Federal, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei n. 12.796, de 2013, que alterou a LDB, fortalecendo e reafirmando mudanças no atendimento de criança de zero a cinco anos, além de propiciar a estas crianças desenvolver sua relação fora de casa com colegas e a trabalhar o cognitivo, limite e o brincar.

As consequências positivas desse desenvolvimento individual a cada criança puderam ser observadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde estas crianças, na sua maioria, foram estudar nas Escolas Estadual Rocha Vieira, Escola Municipal de Ensino Fundamental Valentim Bastianello e Escola Municipal de Ensino Fundamental José Antonio Azambuja, que chegaram com vários valores trabalhados, além da adaptação rápida ao ambiente educacional, o que ajudou a vencerem também etapas da 4ª série em diante. A partir de 2007 com a criação da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, o Município passou a atender 100% dos alunos de 4 e 5 anos.

Através do Plano de Ações Articuladas – PAR, foram adquiridos 3 computadores interativos (lousas digitais) para a Educação Infantil, sendo 2 para Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e 1 para Escola Municipal de Ensino Fundamental Valentim Bastianello. Também 2 ônibus escolares para a Educação Infantil e Brinquedos. Depois do Fundeb - Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o PAR – Plano de Ações Articuladas é a principal forma de descentralização de recursos do governo federal aos estados e municípios para atender as ações pactuadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema a Gestão da Educação Infantil no contexto da Gestão da Educação Municipal é algo bastante novo, tendo em vista o avanço gradativo que a Educação Infantil tem tido no Brasil, principalmente após a Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996, o Proinfância que dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, decreto nº 6.494, de 30 de junho de 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2010, o Plano Nacional de Educação de 2014. Foram documentos importantes e fundamentais para que a Educação Infantil tivesse um papel significativo dentro da Educação Básica, o que também levou as Promotorias Regionais de Educação a terem um olhar para o acompanhamento e fiscalização nas ações dos poderes públicos, tanto na garantia de vagas, como na infraestrutura e projetos pedagógicos para atender a primeira infância, ou seja, criança de 0 a 5 anos de idade.

A educação básica em Dilermando de Aguiar teve um significativo avanço principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de 2008, em função da implantação da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz na Sede do Município em 2007, onde começou atender alunos de 4 e 5 anos, que antes não tinham oportunidade de frequentar a Educação Infantil, entrando no 1º ano, com 6 anos e 9 meses, sem terem os primeiros contatos com o mundo escolar, o que refletia nos primeiros anos de vida escolar já no Ensino Fundamental.

No Município houve gradativamente investimentos na Educação Infantil, tanto na realização de concursos públicos para atender as demandas de professores e servidores, como serventes e monitor, como também na infraestrutura, sendo que após 2007 com inauguração da EMEI Criança Feliz em prédio novo, construído com recursos próprios, com capacidade de atender até 40 alunos de 4 e 5 anos, já neste ano foi inaugurado uma unidade de Proinfância, que pode atender até 120 alunos de 0 a 5 anos. Com a chamada no concurso público de mais uma professora, e considerando que uma professora está em licença maternidade, a escola pretende começar o atendimento do berçário para criança de 2 a 3 anos de idade, portando será na história do Município a primeira vez que será atendido criança nesta faixa etária.

Os desafios estão em atender crianças do interior do Município de 0 a 3 anos, como também o transporte escolar adequado para alunos nesta idade. Assunto que

já foi discutido nas reuniões da AM Centro, sendo que hoje não existem ônibus de transporte escolar adaptados com cadeirinha para esses alunos, e se caso houvesse também teria necessidade de mais monitores para cuidar essas crianças. Outro desafio apresentado é no tocante a Gestão Democrática, com alteração na lei municipal que disciplina sobre a eleição de diretores de escolas municipais com menos de 50 alunos, além da capacitação para pretensos candidatos a gestores escolares.

Percebe-se que os alunos que passaram pela Educação Infantil tiveram um melhor desempenho em sua educação nos primeiros anos do Ensino Fundamental, fruto da convivência com ambiente escolar e seu desenvolvimento cognitivo, além do entrosamento com colegas e vivência em grupo e a prática do brincar.

Observou-se durante a pesquisa, que foram de suma importância os investimentos para a Educação Infantil, tanto para infraestrutura, móveis e brinquedos, além de recursos humanos, com professores concursados com capacitação e concurso específicos para Educação Infantil, todos com ensino superior, além de monitora com ensino superior e as serventes com ensino superior, médio e ensino fundamental. Em análise durante a pesquisa, verificou-se o impacto da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação, que a partir da instalação do Município em 1º/01/1997, tendo somente Educação Infantil na EMEF Valentim Bastianello no interior do Município para alunos de 4 e 5 anos. Com a implementação da Educação Infantil na Sede do Município, que até então não existia, em 2007 com a criação da EMEI Criança Feliz, o Município passou a atender 100% de alunos de 4 e 5 anos e a dar maior importância a educação de crianças e a cumprir a Constituição Federal, LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, além de propiciar a estas crianças desenvolver sua relação fora de casa com colegas e a trabalhar o cognitivo, limites e o brincar.

As consequências positivas desse desenvolvimento individual a cada criança puderam ser observadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que esses alunos foram estudar na EEEM Rocha Vieira, EMEF José Antonio Azambuja e EMEF Valentim Bastianello, que chegaram com vários valores trabalhados, além da adaptação rápida ao ambiente escolar, o que ajudou a vencerem também etapas do 4º ano em diante.

Por último, reforça-se a necessidade de políticas públicas e a prioridade dos gestores municipais para a gestão da Educação Infantil visando atender todas as crianças de 0 a 5 anos conforme traz no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010;
- _____. Ministério da Educação – **PNE – Plano Nacional de Educação** – Brasília: MEC, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), 2014;
- _____. UFSM – Pradime – Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – **Gestão e Implementação de Políticas Educacionais no Município** – Módulo 8 – Unidade 1 - Santa Maria – RS, 2015;
- _____. UFSM – Pradime – Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – **Gestão e Implementação de Políticas Educacionais no Município** – Módulo 8 – Unidade 3 - Santa Maria – RS, 2015;
- DILERMANDO DE AGUIAR. **Lei Municipal nº 715 de 19 de junho de 2015, Aprova o Plano Municipal de Educação**. Sanção dia 19/06/2015, Dilermando de Aguiar – RS, 2015;
- _____. Disponível em: < www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430637&search=rio-gran-de-do-sul|dilermando-de-aguiar>. Acesso em: 6 abr. 2016.
- DE SOUZA, Gizele; MORO, Catarina e COUTINHO, Angela Scalabrin (Orgs.) – **Formação da Rede em Educação Infantil: Avaliação de Contexto**. Curitiba: Appris, 2015;
- FÜLLGRAF, Jodete Bayer Gomes, 2006, **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, Editora MEC, Brasília – DF, pg. 27;
- Indicadores da Qualidade na Educação/Ação Educativa**, Unicef, PNUD, Inep-MEC (Coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004;
- KRAMER, Sonia; DE TOLEDO, Leonor Pio Borges; BARROS, Camila. Gestão da educação infantil nas políticas municipais. **Revista Brasileira de Educação**, v.19 n. 56, Rio de Janeiro – jan./mar.2014;
- MACHADO, Lucia de A. e CAMPOS, Maria Malta – **Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil e Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil**, Editora MEC – Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004.
- OLIVEIRA, Emanuelle. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.